RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**IC nº 0382.0000389/2024**

Objeto: Apurar a omissão administrativa na cobrança de tributos municipais referentes ao imóvel registrado no CRI Local sob a matrícula nº 21.987 que, em tese, configura ato de improbidade administrativa que acarreta ao erário, nos termos do artigo 10, X, da Lei nº 8.429/92.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio de seu órgão de execução que ao final subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, *caput*, e artigo 129, III e IX, da Constituição Federal) e legais (artigo 27, *caput*, inciso IV, e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; artigo 6º, XX, da LC nº 75/93, e no artigo 113, § 1º, da LCE nº 734/93), escudado na Notícia de Fato em epígrafe, apresenta **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA** pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

Trata-se de Inquérito Civil instaurado a partir de notícia de fato encaminhada pelos Vereadores **MARY DE SOUSA LOPES, CÍCERO APARECIDO DE BARROS** e **JOSÉ CARLOS MINGARDI**, membros da Comissão de Fiscalização e Controle Externo da Câmara Municipal de Manduri.

Apontam, em síntese, a existência de eventuais irregularidades e falhas nos processos administrativos/judiciais relacionados à cobrança de IPTU pela Prefeitura Municipal.

Informam que o imóvel cadastrado sob nº 2.670 chamou a atenção dos vereadores, tendo em vista o possível impacto gerado no caso de aprovação do PLC 06/23.

Encaminhado requerimento pela Casa de Leis, o Poder Executivo respondeu que aquele imóvel padece de débitos na ordem R\$464.569,49 aos cofres públicos.

Indicou os proprietários do imóvel.

Em nova resposta do Executivo, foi informado que não foram tomadas providências judiciais para cobrança dos débitos, em razão do disposto no Provimento nº 2.738/2024 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura Paulista.

Em razão disso, os vereadores solicitaram informações sobre a regulamentação da rotina de trabalho da Procuradoria Jurídica, à luz daquele Provimento. Contudo, não houve respostas.

Também questionaram as medidas administrativas adotadas e o ajuizamento de ações em relação ao imóvel 2.670.

O Executivo informou, então, que o IPTU do exercício financeiro de 2020 estava quitado e que em relação aos exercícios financeiros de 2021, 2022 e 2023 encontravam-se inscritos em dívida ativa do Município, e que as parcelas do exercício de 2024 estavam todas abertas, com débito no importe de R\$519.723,98 (quinhentos e dezenove mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos).

Afirmam, por fim, que o Prefeito eleito de Manduri, Senhor **PAULO ROBERTO MARTINS** teria interesse pessoal no imóvel 2.670, pois foi proprietário de parte ideal entre 23/06/10 a 05/08/24, e os débitos da dívida ativa anteriores à venda encontram-se lançados em seu nome e dos demais proprietários.

A Procuradoria do Município foi oficiada para apresentar esclarecimentos (fl. 124, 128), porém não se manifestou (fl. 125, 156).

A Notícia de Fato foi prorrogada (fl. 133).

A Procuradoria do Município foi novamente oficiada (fl. 136) e não se manifestou (fl. 142).

O Prefeito Municipal foi notificado em mãos (fl. 147) e foi solicitado prazo de 05 (cinco) dias (fl. 149), que foi deferido à fl. 151.

Decorrido o prazo, não houve resposta ao Despacho (fl. 155).

O Inquérito Civil foi instaurado em 09 de abril de 2025 às fls. 157/164.

À fl. 191, a Diretora do Departamento Jurídico de Manduri, Pérsia Maria Bughi Freitas, informou que a cobrança administrativa da dívida é realizada por exercício e que neste exercício serão realizadas as cobranças referentes ao exercício de 2021 e que os débitos de 2020 foram objeto de cobrança administrativa e protesto. Informou que em cumprimento à Resolução CNJ nº 547/2024 e Provimento CSM nº 2.738/2024, com relação à dívida de 2021, expedirá notificação para cobrança amigável e, sem resposta, efetuará o protesto das certidões de dívida ativa - CDA. Declarou que, não surtindo efeito as medidas administrativas, serão ajuizadas as execuções fiscais com previsão de distribuição até o mês de outubro, evitando a extinção das dívidas.

O Tabelionato de Notas e Protesto de Piraju informou, às fls. 202/226, que a Prefeitura de Manduri envia os protestos pelo convênio firmado com o IEPTB-SP, desde junho de 2024. Apresentou relação de quantidades especificadas mês a mês.

A Diretora de Assuntos Jurídicos de Manduri apresentou novas informações às fls. 231/232. Relatou que os créditos em aberto de tributos do referido imóvel é de R\$ 683.893,95 (seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos). Informou que não houve extinção por prescrição ou decadência de créditos tributários municipais referentes ao imóvel de matrícula nº 21.987 nos últimos 10 (dez) exercícios financeiros. Declarou que foi celebrado convênio com o Tabelionato de Notas e Protestos de Piraju e com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil e que estão sendo realizadas as cobranças extrajudiciais. Por fim, relatou que não foram adotadas medidas administrativas ou judiciais para a cobrança do débito tributário, sendo que, por outro lado, não houve perecimento de qualquer direito do município e as medidas administrativas e judiciais serão adotadas conjuntamente com os demais débitos inscritos.

As informações foram instruídas com os documentos de fls. 233/267.

PAULO ROBERTO MARTINS, às fls. 269/273 reiterou as informações prestadas às fls. 231/232. A manifestação foi instruída com os documentos de fls. 274/325.

Eis a síntese do necessário.

Assim,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, de acordo com o artigo 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que **PAULO ROBERTO MARTINS** adquiriu parte ideal de 6,666% do imóvel registrado no CRI Local sob a matrícula nº 21.987 em 31 de agosto de 2010 (R.02/21.987) e, em 27 de agosto de 2024, realizou a venda de sua cota parte a Antonio Carlos Alves Menezes e a Sara Marvulo Menezes (R.09/21.987), conforme matrícula de fls. 166/169;

CONSIDERANDO que **PAULO ROBERTO MARTINS** é o atual Prefeito de Manduri;

CONSIDERANDO que incide sobre o imóvel registrado no CRI Local sob a matrícula nº 21.987 uma dívida tributária de R\$ 683.893,95 (seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos), conforme informação de fl. 231/232 e relatório do setor de lançadoria do Município de Manduri de fl. 233;

CONSIDERANDO que não foram adotadas medidas administrativas ou judiciais referentes à cobrança do referido crédito tributário;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 10, X, da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário agir ilicitamente

na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

CONSIDERANDO que o descumprimento da Recomendação Administrativa do Ministério Público, regulamentada pelos artigos 94 a 100 da Resolução nº 1.342/2021-CPJ, **caracteriza dolo específico da prática dos atos descritos na Lei nº 8.429/92;**

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, de acordo com o artigo 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que é dever do Administrador Público respeitar os princípios regentes previstos no art. 37, *caput*, da CF/88, essenciais à boa gestão da *res publicae*, sob pena de responder pela prática de ato de improbidade administrativa (art. 37, § 4º, da CF/88), conforme o respectivo tipo em que indica (arts. 9º a 11, da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, o princípio do interesse público ou supremacia do interesse público *“está intimamente ligado ao da finalidade, sendo que a primazia do interesse público sobre o privado é inerente à atuação estatal e domina-a, na medida em que a existência do Estado se justifica pela busca do interesse geral, ou seja, da coletividade”*. (Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 39ª Edição, 2.013, págs. 109/110);

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa (art. 127, *caput* e art. 129, III da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público se legitima a toda e qualquer demanda que vise à defesa do patrimônio público, inclusive para "anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou

fundacionais ou entidades privadas de que participem" (art. 25, IV, b, da Lei 8.625/93) e para a ação que busca a aplicação das sanções aplicáveis em virtude dos atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º, do art. 37 da Constituição Federal (art. 1º, da Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público voltada à reafirmação da eficácia dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o rol de diretrizes da "Carta de Brasília" em que merece destaque a "priorização de atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situação de lesão ou de ameaça aos direitos fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajudiciais e judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática";

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, da Resolução nº 1.342/21-CPJ, a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

CONSIDERANDO os princípios informadores da Recomendação Administrativa, elencados no artigo 2º da Resolução nº 164/17 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 164/17 do Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, de procedimento administrativo ou procedimento preparatório, poderá expedir recomendação objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender e, sendo o caso, a edição ou alteração de normas;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 94, *caput*, da Resolução nº 1.342/21-CPJ, no exercício da tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, poderá o presidente do inquérito civil expedir recomendação, sem caráter coercitivo, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela Instituição;

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do 1º Promotor de Justiça de Piraju, **RECOMENDA** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Manduri **PAULO ROBERTO MARTINS** e à Diretora de Assuntos Jurídicos **PÉRSIA MARIA BURHI FREITAS** que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos, adotem as providências administrativas para a cobrança do crédito tributário municipal referente ao imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Piraju sob a matrícula nº 21.987, **com o protesto das respectivas certidões de dívida ativa**, inclusive em consonância com o Resolução CNJ n.º 546/2024 e o Provimento CSM nº 2.738/2024, de forma a evitar a extinção do crédito tributário em razão da prescrição ou da decadência.

Diante dos termos da presente **RECOMENDAÇÃO** do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, requisita-se sua ampla e imediata divulgação¹, no prazo máximo de 10 (dez) dias, na *homepage* do sítio eletrônico do Município de Manduri e na *homepage* do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Vereadores de Manduri e em jornal de circulação local.

REQUISITA-SE sejam apresentados pelo Exmo. Prefeito Municipal resposta por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas com observações expressas quanto ao recebimento, publicidade, cumprimento e posicionamento futuro a ser adotado frente ao seu conteúdo.

¹ Art. 97. A recomendação conterá a indicação de prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, indicando-as de forma clara e objetiva.

Art. 98. O membro do Ministério Público poderá requisitar ao destinatário a adequada e imediata divulgação da recomendação expedida, incluindo sua afixação em local de fácil acesso ao público, se necessária à efetividade da recomendação.

Por fim, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** consigna que, em caso de não acatamento desta Recomendação, serão adotadas as medidas legais necessárias, a fim de assegurar sua implementação, inclusive através do ajuizamento de ação civil pública cabível, precipuamente para se respeitar as normas constitucionais (artigo 37, *caput*, da CF/88).

Cópias da presente Recomendação Administrativa deverá ser encaminhada à Presidência da Câmara dos Vereadores de Manduri para conhecimento.

NOTIFIQUE-SE o Prefeito Municipal de Manduri, por meio eletrônico, com cópia desta Recomendação.

Piraju, 5 de maio de 2025.

FRANCISCO ANTONIO NIERI MATTOSINHO

Promotor de Justiça

Alexandre Garroni Moreira Franco

Analista Jurídico

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ANTONIO NIERI MATTOSINHO**, em 05/05/2025 às 15:55.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0382.0000389/2024** e código 4a785361-20aa-465b-855c-c76bfd8f3e3f.